

Alerta sobre taxa de marinha

A116507

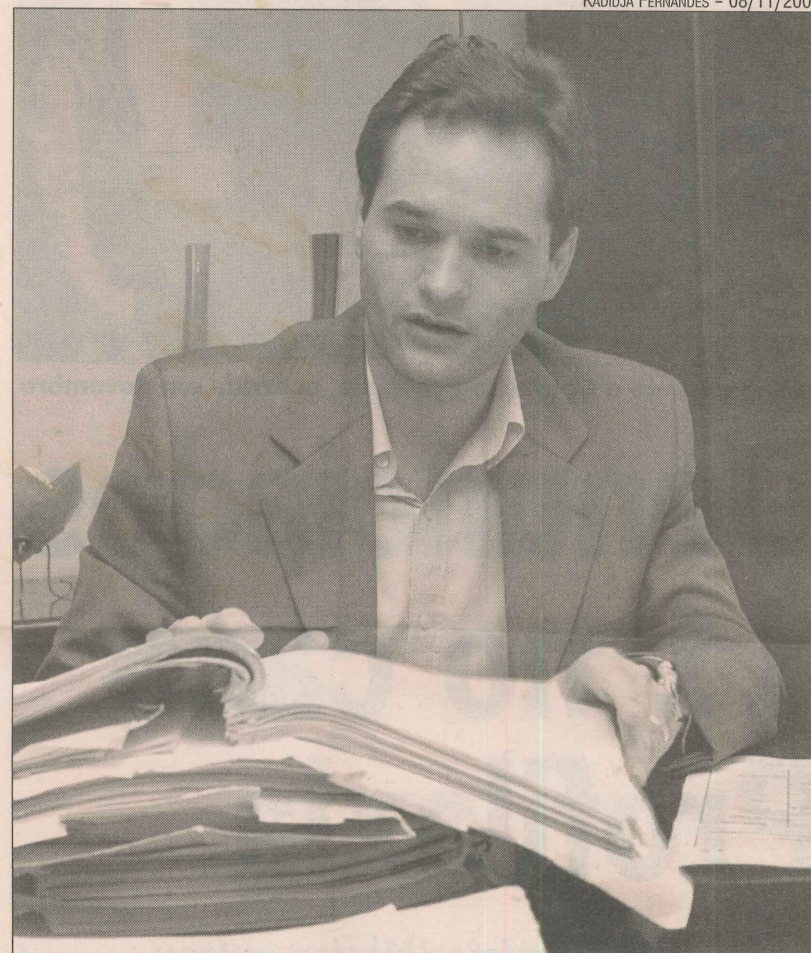
De acordo com o Ministério Público, os contribuintes devem pagar a taxa e esperar pela decisão final

Mesmo com uma ação na Justiça Federal para fazer com que os moradores de área de terreno de marinha na ilha de Vitória não paguem a taxa à União, o Ministério Público Federal (MPF) recomenda que os contribuintes recolham os tributos devidos, de 2005 e deste ano, nem que seja em juízo.

O alerta foi do procurador federal Carlos Fernando Mazzoco, ao explicar que ação impetrada na Justiça para beneficiar cerca de 40 mil pessoas de áreas de marinha deve ser proferida nos próximos três meses.

“O morador deve pagar e não deixar acumular para não pagar juros e multa. Caso haja uma decisão favorável, ele poderá pedir a restituição. Se a pessoa não concorda com a taxa, uma opção é entrar com uma ação individual, para realizar o pagamento em juízo”, destacou Mazzoco.

O presidente da Associação de Ocupantes e Foreiros do Estado, José Carlos Lyrio Rocha, explicou que a entidade deve finalizar, ainda neste mês, um estudo para dar suporte aos contribuintes que planejam entrar com uma ação para quitar o tributo em juízo.



KADIDJA FERNANDES - 08/11/2004

Mazzoco disse que a ação poderá beneficiar 40 mil pessoas

“Não queremos que os valores sejam creditados diretamente nos cofres da União. Caso ocorra ganho de causa, haverá uma demora em restituir”, disse Rocha.

Até o dia 15 de abril, a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) enviará os boletos para a cobrança da taxa de 2005. O vencimento previsto é dia 30 de abril. Já em maio, os contribuintes terão que pagar o valor deste ano.

A base da ação do MPF é a Emenda Constitucional 46, que isentou no Estado apenas 518 moradores de áreas de mari-

nha, dos bairros Ilha do Boi, Ilha do Frade e Ilha do Príncipe.

“Queremos saber o detalhamento deste estudo e pedimos a aplicação para toda a ilha de Vitória, que é sede administrativa”, contou o procurador federal. A medida não beneficiaria os moradores dos bairros de Jardim da Penha, Mata da Praia e Jardim Camburi, por fazerem parte da região continental do município.

A arrecadação da SPU no Estado é de R\$ 14 milhões por ano. A taxa média paga por cada contribuinte é de R\$ 350.